ANO IV

PASQUIM FEMINISTA
Publicação da COLETIVA FEMINISTA GSEX
ANO IV- N °3
Data de fechamento: 31/08/25

Maria Meire de Carvalho
Coordenadora do projeto

Ana Gabriela Colantoni
Gabriela Magalhães Sabino
Revisoras do projeto

Ana Carola Cavalcante
Design e Diagramação gráfica

PASQUIM FEMINISTA

INFORMATIVO LIBERTÁRIO ROSA GOMES

Eu não sou meiga, sou FEROZ!

por: Lara Marcela Bertasso Silva - escritora, artista, psicóloga infantil e pesquisadora em temas sobre gênero, arte e sexualidade.

Eu aceito que posso incomodar, que já incomodei e que continuo incomodando quando escolho ser eu mesma.
Na infância, o estereótipo da "garota boazinha" me perseguia fervorosamente. Quando menstruei, todos diziam: "que mocinha". Como odiei — e ainda odeio — essa palavra, como se a infância se esvaísse a partir do momento em que o sangue escorre por entre as pernas.
NÃO!
Hoje, a delicadeza forçada, a "gratidão", o sorriso contido, o ficar quietinha... não fazem mais parte de mim.
Eu não sou meiga — sou FEROZ!
Não sou um pássaro. Sou um tigre. Um leão.
Sou a agressividade gritando para ser esvaída, expressada.
Hoje, sou empolgante — permito-me ser. Aceito quem sou. Uma mulher super empolgada, que, a nenhum custo, deixará de sorrir, falar alto e se expressar.
Sou expressiva. Necessito das palavras para isso.
Necessito da arte para entender que a vida não é pautada apenas em planejamento, dinheiro, organização, disciplina e hábitos.
CHEGA!
Eu sou uma colagem de momentos e de pessoas que vivi.
Sou um oceano cheio de saudades.
Sou ebulição. Intensidade. Raiva. Ferocidade!
Não sou tímida — sou raivosa. Tenho sede do novo!
Escrevo fervorosamente, sentada na praça, no meu horário de almoço, escutando Cazuza pela centésima vez (claro!).
O tempo não vai parar. E para me sustentar nesse fato, idealizo, faço, desfaço e me refaço — a todo momento.
A cada dia, dou mais vazão aos meus desejos e tentações.

Lara Marcela é uma daquelas mulheres e escritoras que jamais está satisfeita com o tipicamente "adequado", ela gosta de ousar na escrita, derramar-se em intensidade e demonstrar seu oceano de paixões através da escrita. Lara está como escritora, artista, psicóloga infantil e pesquisadora em temas sobre gênero, arte e sexualidade.

À sombra dos pais

por: Fernanda Silva é Professora de Filosofia, escreveu a peça "Impostora" e está na jornada do autoconhecimento. Email: fernandacristiane97@gmail.com

Aquele estilo de roupa que você nunca gostou, mas usou. Aquele café que sempre quis experimentar, mas "deixa pra lá, tá caro". Aquela risada reprimida, ou pior, o riso forçado. O passeio que você se sentiu excluída, sendo assim, se isolou. A insistência em dizer que não é fotogênica, mas na galeria tem várias boas fotos escondidas. Diz que não gosta de dançar, mas no fundo queria se matricular naquela aula de dança. Mulher, você está esperando permissão para usufruir da sua própria vida?

Pela vitrine, olha a blusinha que amou, mas, se comprar, o preço é alto. Desculpa-se e se justifica: "preciso dela pra trabalhar". Seu corpo e sua mente não entendem e você é inundada pela vergonha de existir. Mulher, mais uma vez, essa voz interna não te deu permissão. Até quando vai pedir? Tem uma frase que é atribuída a Jung: "A maior tragédia da família são as vidas não vividas pelos pais". Mas, é claro que você, mulher, já sabe disso. Poisvive ela na pele. O olhar de reprovação dos seus pais são fantasmas na sua memória. Enquanto você se encolhia para não se mostrar demais, para não ofuscar aquela mãe que competia. Enquanto você se encolhia para não aparecer demais, para não assustar aquele pai que não crescia. Enquanto você ia sendo reprimida, esqueceu onde escondeu suas potências. Seu desejo, sua criatividade, a verdadeira "você" estão apenas escondidos, esperando você acender a luz.

Você não sabia viver diferente. Buscou validação até em relações, e aquilo que chamou de amor, eram só repetições. Você estava vivendo às sombras dos seus pais. Mas agora te convido a saltar, vamos juntas numa frase de Clarice: "Liberdade é pouco. O que eu desejo ainda não tem nome". Liberdade é pouco diante de tudo que está engasgado e precisa expressar. Mulher, cadê a sua voz? Você se silencia, mas o que o seu eu interior grita?

Quando Deus se cala: a dor silenciada pelas amarras da fé.

por: Luciana de Alarcão Cruz é psicóloga e docente universitária
E-mail: luciana.alarcao@hotmail.com

Dias atrás, em um domingo pela manhã, meu companheiro e eu estávamos em casa quando ouvimos pedidos de "socorro" vindos da residência ao lado. Prontamente, corremos para ver o que acontecia. Entramos. Lá, encontramos uma menina muito aflita, que implorava para ajudarmos sua mãe, trancada no banheiro após recolher todos os medicamentos da casa. Pedi à filha que me deixasse a sós com ela. Entrei no banheiro e a vi sentada no chão, de olhos e mãos fechadas. Sentei-me ao seu lado, apresentei-me como psicóloga e vizinha, e disse que ficaria ali o tempo que fosse necessário.

Ela repetia que sua vida havia acabado. Não questionei, apenas permaneci presente. Ficamos assim por cerca de 20 minutos, até que, num movimento brusco, ela levou todos os medicamentos em suas mãos à boca. Percebi que não havia engolido. Aproximei-me com calma, coloquei minha mão junto ao seu queixo e disse que estava ali, pronta para recebê-los. Após alguns minutos de silêncio, ela abriu os olhos, olhou para mim e começou a soltar, um a um, os cerca de cinquenta comprimidos. Estendi meus braços e pedi que se apoiasse para se levantar. Levantamo-nos juntas. Posteriormente, ela me contou que o marido havia deixado o lar após anos de traições. Mesmo assim, implorou para que ele ficasse, pois acreditava que o casamento era eterno — "o que Deus uniu, o homem não separa". Contudo, ele já estava com outra mulher e a havia levado à Igreja que ambos frequentavam. Envergonhada, afastou-se da congregação. Relatou que o pastor jamais repreendeu o marido, mas disse a ela que deveria voltar à Igreja, caso contrário estaria em pecado. Questionava-se: "Que Deus é esse que me deixa sofrer e se cala diante da traição?".

Esse relato expõe a intersecção entre gênero, religião e sofrimento psíquico, revelando como o fundamentalismo religioso, associado a estruturas patriarcais, atua na produção e manutenção da dor emocional das mulheres. Ao impor papéis de submissão e culpabilizar aquelas que não se ajustam ao modelo prescrito, essas instituições exercem um controle moral sorrateiramente disfarçado de cuidado espiritual. No caso desta mulher, a tentativa de suicídio não foi apenas um gesto de desespero individual, mas um sintoma social — expressão de um sistema que nega legitimidade à dor feminina, transformando-a em evidência de fracasso moral. O silêncio de Deus, do pastor e do marido configurou um triplo abandono: espiritual, comunitário e afetivo.

Sob uma perspectiva feminista, a saúde mental não pode ser dissociada das condições históricas e culturais que moldam o sofrimento. A escuta clínica, nesse contexto, não é apenas um recurso terapêutico, mas um ato político: reconhece que romper o silêncio imposto é um passo fundamental para que as mulheres construam narrativas próprias.

Sufrágio feminino questionado: intimidação aos direitos das mulheres pela arena política conservadora/cristã dos EUA

por: Maria Meire de Carvalho - professora da UFG, poetisa e coordenadora da Coletiva Feminista GSEX e da Pasquim Feminista.

O Jornal Folha de São Paulo (12/08/2025), trouxe matéria estampada com a seguinte manchete: "secretário de defesa dos EUA compartilha vídeo com pastores dizendo que mulheres não devem votar". Importante mencionar que esse senhor tem nome e sobrenome – Pete Hegseth. Ainda segundo o mesmo jornal, o vídeo compartilhado na rede social do secretário de defesa dos EUA, mostra diversos pastores cristãos afirmando que mulheres não devem ter direito ao voto. O material é parte da reportagem produzida pelo canal CNN que teve o teólogo evangélico conservador Doug Wilson como entrevistado principal. Outro pastor conservador - Toby Sumper - sugere que o voto deveria ser em família, capitaneado pelo homem mantenedor.

Sabemos que durante todo o período em que as mulheres lutaram para ter acesso ao mundo político, elas sofreram com a resistência masculina. O processo histórico evidencia que elas foram constrangidas, ridicularizadas, ameaçadas incontáveis vezes em rodas de conversa misógina, em jornais, revistas e folhetins, dentre outros. Além da ideia de que as mulheres eram intelectualmente inferiores aos homens, havia um medo generalizado entre os homens, e até entre algumas mulheres, de que o ingresso feminino na esfera pública enfraquecesse a família, além de subtrair o poder masculino. Acompanhar esses insultos conservadores é desolador, pois, se não bastasse as violências sofridas historicamente, as desigualdades cotidianamente impostas, as injustiças silenciadas e as criminalizações descabidas, vivenciar a continuidade desse desrespeito, vindo direto do capitólio norte-americano nos traz desesperança, pois os constrangimentos que nos circundam em pleno século XXI, com falas da retirada dos direitos conquistados por mulheres nos séculos XIX e XX, devasta nossas forças para dar continuidade às lutas. Mas, como disse Simone de Beauvoir "basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados".

Quando retomamos o processo sufragista feminino no Brasil, vemos que a luta das mulheres não foi em vão. Após muitos anos de lutas no mundo e no Brasil, em 24 de fevereiro de 1932, o Código Eleitoral Brasileiro, instituído pelo Decreto nº 21.076, regulamentou o alistamento e o processo eleitoral no Brasil, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Foi concedido o direito de voto a todos os brasileiros maiores de 21 anos, alfabetizados e sem distinção de sexo. Finalmente as mulheres podiam votar. O direito ao voto feminino no Código Eleitoral de 1932, ratificado pela Constituição Federal de 1934, foi concedido de modo facultativo e ainda sob algumas condições. Se fossem solteiras ou viúvas, deveriam comprovar, no título de eleitor, alguma profissão remunerada. As casadas deveriam comprovar a autorização de seus maridos.

Em 1934, com a promulgação da segunda Constituição Republicana, o voto feminino ficou assentado, definitivamente, na legislação brasileira. É de se destacar que o Brasil foi oficialmente o segundo país da América Latina a conceder o direito ao voto às mulheres, ficando atrás apenas do Equador. Em 1946, com a promulgação de uma nova Constituição, o voto passou a ser obrigatório apenas para as mulheres lotadas no serviço público; quanto às demais, o exercício do voto permanecia facultativo. Com a Constituição Federal de 1965 a obrigatoriedade de votar foi estendida a todas as mulheres do Brasil, com exceção das analfabetas. Vale ressaltar aqui que, a partir da Lei Saraiva, em 1881, todas as legislações eleitorais proibiam o voto aos analfabetos, o que ainda excluía do cenário eleitoral boa parte das mulheres. Somente com a Constituição federal de 1988 (atual), quando o direito ao voto incluiu, finalmente, a população analfabeta do país, o direito ao voto foi verdadeiramente estendido a todas as mulheres brasileiras. Pelo discorrido nos dados iniciais deste texto, nossas lutas pelo direito ao sufrágio universal ainda não se findaram e nos requer muita disposição e força.

Um corpo dissidente no corpo docente: uma (trans)gressão na Academia?

por: Jáder de Castro Andrade Rodrigues - docente da UFG Campus Goiás.

Cresci ouvindo que "não era menino de verdade" e que isso ou aquilo não era "coisa de homem". Fui a bicha afeminada da escola, o corpo estranho na sala de aula, o alvo sistemático da chacota que buscava me disciplinar. Atravessar a infância e a adolescência sendo constantemente patologizade — enquanto meu jeito de andar, de falar, de existir era lido como "doença", "desvio", "problema" — foi o prenúncio da trajetória que, mais tarde, encontraria um eco perverso e sofisticado nos corredores
da Universidade.

A mesma instituição que se orgulha de fomentar o pensamento crítico foi a que, por tantas vezes, tentou me silenciar, reproduzindo as lógicas de exclusão: nas salas de aulas, nos laboratórios, nos editais e nos silenciamentos que me feriram desde sempre. A psicofobia que me lia como "desequilibrade" era apenas a outra face da LGBTfobia que me lia como abjeto ou infame.

Hoje, estou de volta. Não mais no lugar de discente, mas do outro lado da cátedra: sou professore, queer, não-binárie, transviade. E continuo sendo vigiade e punide no sentido foucaultiano. Ainda sou lide como "excessive", "problemátique", como uma figura que precisa ser tolerada, nunca plenamente reconhecida em sua potência. A pergunta que guia este ensaio — "Um corpo dissidente no corpo docente é uma (trans)gressão na academia?" — é menos uma questão retórica e mais uma denúncia escancarada.

A presença de corpas trans, não-bináries e travestis não é celebrada; é tolerada sob a condição de que não perturbemos demais a ordem, de que "vistamos a camisa" (leia-se uniforme – ou lattesforme?) de uma institucionalidade que nos sufoca. A Universidade se vende como o templo da racionalidade e da diversidade, mas sua arquitetura de poder ainda se assenta sobre os alicerces da heterocisnormatividade. O imaginário coletivo do que é ser um "intelectual respeitado" ainda evoca a figura de um sujeito supostamente universal, cuja performance de gênero e sexualidade é neutra, higienizada, padrão, ou seja, normativa. Você pode ser LGBTQIAPN+ e fazer parte de um corpo docente, mas que seu corpo ou corpa, ou corpe, seja dócil, que não provoque tanta bagunça ou balbúrdia no status quo, inclusive na norma culta da Língua Portuguesa. Este ideal de competência, historicamente associado ao masculino, à figura sisuda e séria, valoriza a instrumentalidade, a competitividade e a decisão, enquanto nossos corpos, lidos como excessivamente "emocionais", "disruptivos" ou "expressivos", são desqualificados. Como aponta Cássia Maria Carloto, a esfera pública — e a universidade é seu epítome — foi historicamente construída como o espaço da transcendência masculina, em oposição a uma esfera doméstica, de sobrevivência, feminina. Nossa presença neste lugar de transcendência é, portanto, uma anomalia estrutural. Essa estrutura se sustenta, como reitera Aníbal Quijano, em uma colonialidade do ser e do saber que persiste. A lógica colonial, que sempre traduziu a diferença (de raça, de gênero) em desigualdade para naturalizá-la e justificar a opressão, opera hoje sob o véu do pragmatismo epistemológico que evoca uma racionalidade universal. A Universidade define o que é "ciência séria" a partir de cânones eurocêntricos e heterocisnormativos, relegando nossos saberes ao campo da "militância" ou da "subjetividade". As transepistemologias — conhecimentos forjados na e a partir da nossa experiência de fronteira e de subversão da lógica binária — são sistematicamente subalternizadas. Não somos vistos como sujeitos produtores de teoria, mas como objetos de estudo exóticos. Essa violência epistêmica é a continuação da patologização histórica de nossas identidades, um processo que a psicologia e a psiquiatria levaram décadas para começar a reverter.

Continua na próxima página...

É neste ponto que a microfísica do poder, analisada por Foucault, se torna palpável. O poder na academia não é apenas a portaria do reitor; ele se pulveriza em uma rede de dispositivos que vigiam, normalizam e punem. Ele está no misgendering deliberado em uma ata de reunião, nos olhares de estranhamento, no silêncio que se faz quando tomamos a palavra (quando conseguimos falar), ou quando não somos corpas bem quistas para o café filosófico na casa da/o colega docente, nas reuniões íntimas e demais confraternizações fora da academia. São as microviolências sistêmicas e cotidianas que produzem e reproduzem um eterno não-lugar, um não-pertencimento ocasionado por uma aversão da maioria cis-conformada à figura imagética do "corpo estranho" que, agora, invadiu a cátedra canônica da Universidade. Como aponta a tese de Andreone Medrado, o nojo é mobilizado como uma sofisticada tecnologia de controle social. É um nojo moral, que reage à quebra de normas; um nojo que busca nos colocar de volta em nosso lugar de abjeção. Essa dinâmica força um "diálogo surdo", no qual a estrutura cisnormativa não nos escuta, apenas reage para reafirmar suas próprias convenções.

Por isso, a luta não pode ser pela inclusão, precisa ser pelo pertencimento. Não queremos ser incluídes em uma estrutura que nos adoece e nos exclui desde sua fundação. A demanda é por uma refundação radical. Como nos ensinam as teóricas transfeministas e decoloniais, é preciso implodir o sujeito universal do conhecimento. Queremos uma Universidade onde nossa experiência de vida, atravessada pela violência, mas também pela imensa potência da (re)existência, da sobrevivência de não ter sucumbido à prostituição, à marginalidade, à drogadição, às clínicas, e outros submundos, seja reconhecida como um lugar legítimo de produção de saber. Uma academia que entenda, como aponta Iraildes Torres, que as relações de poder não são propriedade de ninguém e que a resistência é também uma forma de produzir poder e saber.

Sim, nossa presença é uma transgressão. Mas é uma transgressão fundante, que (re)cria os contornos do possível. Se ser professore-pesquisadore é, para mim, uma (trans)gressão cotidiana, que seja então uma promessa e um grito. Uma promessa de que construiremos espaços de travessia e de "travessuras acadêmicas". E um grito para que saibam: não seremos corpas dóceis. Seremos corpas que sentem, que sofrem, que gozam, que gritam, que debocham da norma, e que pensam, e que ensinam e que, apesar de tudo, (re)existem.

Práticas Neoliberais e Seus Impactos para a Mulher Negra no Brasil: Uma Análise Interseccional

por: Alessandra de Souza Nascimento de Oliveira - Doutora em Política e Cultura pela Universidad Nacional del Comahue – Universidade Pública Argentina – Neuquén, Río Negro.

O neoliberalismo, ao priorizar o individualismo e a desregulamentação do Estado, intensifica as desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, impactando especialmente mulheres negras no Brasil. A partir de uma perspectiva interseccional, buscaremos analisar como as políticas neoliberais reforçam a herança colonial, precarizam o trabalho e limitam o acesso a direitos sociais, perpetuando a marginalização histórica dessas mulheres. Valendo-se de teóricos como Marx, Harvey, Davis e González, discute-se a acumulação por despossessão e a resistência coletiva como estratégias de enfrentamento, sem contudo esgotar este assunto complexo e multifacetado. Neste sentido, o lema "lugar de mulher é onde ela quiser" mascara as barreiras impostas pelo neoliberalismo às mulheres negras, cujas trajetórias são marcadas pela interseção de opressões de raça, gênero e classe. O neoliberalismo aprofunda desigualdades, conforme teóricos marxistas e feministas negros (Davis, 2016; Carneiro, 2003), amplia a vulnerabilidade gerada pela flexibilização laboral e pela retração estatal, contextualizando-a na história brasileira de escravidão e exclusão pós-abolição. A acumulação primitiva no Brasil colonial, baseada na escravização de africanos, estabeleceu hierarquias raciais que persistem no neoliberalismo (Marx, 2011; Gorender, 1990). Com a abolição inconclusa (Fernandes, 1964), mulheres negras foram relegadas a trabalhos precários, como o doméstico e de cuidados, de forma geral, reproduzindo sua subalternidade. Hoje, representando 57 milhões da população (IBGE, 2022), elas concentram-se em ocupações informais e mal remuneradas, evidenciando a continuidade da exploração colonial. Harvey (2003) define a "acumulação por despossessão" como mecanismo neoliberal que privatiza direitos e concentra renda. No Brasil, isso se traduz em cortes em políticas públicas, afetando mulheres negras, majoritariamente, chefes de família. A desregulamentação trabalhista as empurra para a informalidade, enquanto a falta de creches e saúde pública sobrecarrega suas jornadas (Fraser, 2013).

Continua na próxima página...

O feminismo negro (González, 1984; Crenshaw, 2002) demonstra como opressões interseccionais moldam a experiência das mulheres negras. O mito da democracia racial (Carneiro, 1995) oculta o racismo estrutural, agravado pelo neoliberalismo, que naturaliza sua exclusão. Desta forma, coletivos como Geledés emergem como espaços de resistência, promovendo narrativas contra-hegemônicas.

Como estratégias de emancipação, políticas de cotas raciais e licenças-maternidade estendidas são avanços parciais. A nomeação de ministras negras, como Anielle Franco, simboliza conquistas, mas a violência (como o assassinato de Marielle Franco) revela os limites da inclusão. Neste sentido, verifica-se que a emancipação exige ações coletivas que fortaleçam redes de solidariedade e apontem caminhos para a equidade. Combater o racismo estrutural e a precarização laboral demanda um Estado comprometido com justiça social, pois apesar dos avanços em políticas afirmativas ainda são muitos os desafios a serem superados.

O privilégio da visibilidade: por que os espaços não reconhecem as mulheres negras

por: Darliane Soares é feminista, quilombola, graduada em Direito
Email: darliane.soares30@gmail.com

Vivemos em uma sociedade estruturada pelo racismo e pelo sexismo, onde a visibilidade é um privilégio – e esse privilégio, quase sempre, tem cor e classe. Nos espaços institucionais, acadêmicos, culturais e de poder, as mulheres brancas ainda são as que mais facilmente ocupam lugares de fala, de liderança e de reconhecimento. Enquanto isso, as mulheres negras, mesmo quando presentes, seguem sendo ignoradas, subestimadas ou silenciadas.

Não se trata de ausência de competência, talento ou trajetória. Mulheres negras estão em todos os setores, desde a base até o topo – embora raramente cheguem a esse topo. A questão é que o olhar social ainda não nos admite como protagonistas. Nossa presença é frequentemente tratada como exceção ou cota simbólica, e não como reconhecimento de um mérito histórico que nos foi sistematicamente negado. Em muitos espaços, dizem que todas viemos do mesmo lugar. Crescemos nos mesmos bairros, estudamos nas mesmas escolas públicas, participamos das mesmas lutas. Mas basta olhar com atenção para perceber que o reconhecimento caminha em direções diferentes, dependendo da cor da pele. As mulheres brancas são vistas. As mulheres negras, não. Quando uma mulher negra fala, muitas vezes não é ouvida. Quando propõe, é questionada. Quando lidera, é desacreditada. Há um esforço estrutural para nos manter invisíveis, como se nossa existência plena não fosse permitida. Enquanto mulheres brancas são celebradas por romper barreiras, mulheres negras são cobradas a provar – todos os dias – que merecem estar ali. Mesmo quando ocupamos os mesmos espaços, a forma como somos tratadas é desigual. Grada Kilomba, ao dizer "Uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ela é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa", expõe como as identidades são hierarquizadas e como o padrão social de humanidade é moldado a partir da branquitude.

Enquanto pessoas brancas podem se apresentar de forma "universal" – o homem branco como "pessoa" e a mulher branca apenas como "mulher" – as mulheres negras são constantemente obrigadas a marcar sua identidade racial, porque o imaginário social não as reconhece como parte dessa universalidade. Essa distinção revela que a experiência da mulher negra não é vista como a experiência de "todas as mulheres", e sim como uma categoria à parte, específica e marcada pela cor da pele. Já o homem branco ocupa o lugar simbólico de "ser humano padrão", sem precisar adjetivar sua existência.

É preciso compreender que a luta por equidade de gênero precisa, necessariamente, enfrentar o racismo. Não há avanço real se apenas as mulheres brancas ascendem, se os espaços continuam sendo pensados para corpos e trajetórias que não são os nossos. O feminismo que não inclui as mulheres negras não é feminismo: é manutenção de privilégios. Essa diferença no reconhecimento escancara a necessidade de pensar um feminismo que seja antirracista. Um feminismo que não trate a ascensão das mulheres brancas como sinônimo de vitória coletiva. Não é! Quando apenas algumas sobem, e outras seguem sendo silenciadas, o sistema permanece intacto.

Continua na próxima página...

Reconhecer mulheres negras como produtoras de saber, lideranças legítimas e protagonistas é uma tarefa urgente. Não queremos migalhas de representatividade. Queremos estar nos centros das decisões, nos palcos, nas cátedras, nos livros, nas histórias contadas com verdade. Porque viemos do mesmo lugar, sim — e temos tanto direito de sermos vistas e celebradas quanto qualquer outra. Por isso, é urgente que espaços de poder, de debate e de decisão revejam suas práticas. Isso vai além da presença: passa pela escuta, pela valorização da nossa voz, pelo reconhecimento das nossas experiências e saberes. Não queremos ser incluídas para compor fotos de diversidade. Queremos ocupar, propor, transformar.

A invisibilidade das mulheres negras não é natural. É resultado de uma estrutura que precisa ser desafiada todos os dias. Reivindicar a visibilidade é reivindicar dignidade, justiça e humanidade. E isso não é concessão: é direito. A jornada pela equidade de gênero e racial ainda está em curso e exige nosso compromisso constante. Cabe a nós fortalecermos a valorização das mulheres negras, reconhecendo suas histórias, feitos e contribuições, e construindo condições para que não precisem enfrentar barreiras tão duras para existir e prosperar. É urgente garantir que suas vozes sejam ouvidas, seus direitos respeitados e suas conquistas celebradas. Com empenho coletivo, podemos avançar rumo a um país onde todas, negras e não-negras tenham as mesmas oportunidades para desenvolver plenamente seu potencial e viver com dignidade.

PDL 89/2023: O RETROCESSO LEGISLATIVO CONTRA O AVANÇO JUDICIÁRIO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

por: Izabela Jamar é advogada criminalista. Especialista em Sistema de Justiça Criminal pela UFSC, Especialista em Processo Penal e Direito Penal pela ATAME-Brasília, Pós-graduada em Jornalismo pela FAVENI. E-mail: izajamar@gmail.com

O PDL 89/2023, ao propor sustar a Resolução CNJ 492/2023, coloca em disputa a adoção de um Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no Judiciário. A crítica central não é simplesmente a defesa de "políticas de gênero" — é a oposição a uma espécie de veto institucional que, sob o manto da neutralidade, pode atrasar reformas essenciais para o enfrentamento da violência contra a mulher e das desigualdades estruturais. Primeiro, há a dimensão democrática e institucional. Sustar uma resolução administrativa do CNJ levanta questionamentos sobre a capacidade do Legislativo de frear, por meio de um PDL, medidas técnicas e de gestão pública.

Mesmo que a pretensão seja cautelar, o risco é constitucional: interferir na atividade administrativa do Poder Judiciário pode comprometer a independência e a uniformidade de decisões, inaugurando um embate entre poderes sob a luz de disputas ideológicas, não de evidências empíricas. Segundo, o mérito técnico carece de avaliações mais robustas. Protocolo para julgamentos com perspectiva de gênero não é um mandado universal de benevolência: depende de implementação competente, formação contínua, indicadores confiáveis de impacto e monitoramento independente. Sem dados que demonstrem eficácia em reduzir danos, aumentar a proteção de vítimas e melhorar a equidade, a adoção pode virar símbolo vazio — ou, pior, ser instrumentalizada para justificar decisões paternalistas ou estereotipadas. Terceiro, a crítica que emerge é de que a mera incorporação de uma "perspectiva de gênero" não substitui políticas públicas abrangentes. O protocolo, se mal calibrado, pode desviar a atenção de questões cruciais como acesso à justiça, capacitação de redes de atendimento e prevenção da violência. E, ao barrar sua implementação, perder-se-ão oportunidades de aperfeiçoar a magistratura com práticas que já mostraram resultados em contextos comparados. Em síntese, a crítica ao PDL 89/2023 aponta para uma tensão legítima entre controle político, autonomia judicial e proteção de direitos. Avaliá-la exige critérios de eficácia, transparência e participação social, para que reformas no Judiciário avancem sem abrir espaço a retrocessos ou a falácias da neutralidade.

O Protocolo de Gênero não é ideologia, é ciência aplicada ao direito.

MEMÉLIA

por: Sinvaline Pinheiro.

Memélia chegou na Toca Vó Quirina, veio suavemente ver a poesia de perto.

A Toca surpresa, lhe abriu as portas e a alma, ali pisava os pés de uma mulher forte que carrega a sabedoria adquirida nos cafundós do mundo...

O sorriso aberto marca uma trajetória de décadas no jornalismo que gritava pelos camponeses, indígenas e pela natureza..

Ela escreveu, guerreou nas matas, nos palácios, enfrentando a hipocrisia e o descaso aos oprimidos, com escrita, braveza, sarcasmo e muita poesia...

E essa mulher gigante, menina sapeca, encheu a Toca com sabedoria, afagos, lágrimas e sonhos, muitos sonhos!

Sinvaline Pinheiro.

OBS:
Memélia é o apelido carinhoso da jornalista Luzia Amélia Jakomeit, mulher aguerrida que conhece metade do mundo, atualmente reside na Flórida; uma defensora das causas indígenas, enfrentou a ditadura, os coronéis de Serra Pelada e ...
E ela veio à Toca da Vó Quirina, em Uruaçu, conhecer a poesia que nasce aqui nos cafundós de Goiás...

Sou Quem Nunca Foi Embora sou Olásénì

por: Rosinalda Olasènì

Sou raiz de terra forte,
sou tempo que não se dobra.
Me fiz de sol e de sorte,
mulher negra, sou quilombola.
Cinco décadas de estrada,
na palma trago memória,
de um povo que fez morada
no ventre da própria história.
Carrego nos meus cabelos
a dança dos ancestrais,
o som dos tambores belos
que ecoam nos meus ais.
Minha pele, escura e viva,
é mapa de resistência.
Cada ruga é narrativa
de luta, amor e ciência.
Fui menina, fui guerreira,
fui lavoura e fui fogueira

Rosinalda Olasènì

COLETIVA FEMINISTA GSEX

acompanhe nossas redes
@coletivagsex

UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS